



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS

Aviso no. /2006/GAB/MMA

Brasília, 04 de abril de 2006.

A Sua EXCELÊNCIA O SENHOR
MINISTRO GILMAR MENDES
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral
SAS – Praça dos Tribunais Superiores
Bloco C – Ed. Sede
Brasília-DF

Assunto: **Consulta referente dirigentes de Comitês de Bacia Hidrográfica.**

Senhor Ministro,

Com o advento da Lei nº 9.433/97 (cópia anexa), instituiu-se a Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como criou-se o respectivo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, integrado por vários órgãos e entidades públicos, dentre eles os Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs, que se configuram como órgãos colegiados de Estado com atribuições normativas, deliberativas e consultivas sobre as questões afetas à gestão das águas no âmbito de cada bacia hidrográfica, nos limites de sua área de atuação, a teor do disposto na Resolução nº 5, de 10 de abril de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH (cópia anexa).

Os comitês cujo curso de água principal seja de domínio da União são vinculados ao CNRH; os comitês de rios de domínio dos Estados são vinculados aos respectivos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

Os CBHs são compostos por representantes do Poder Público, dos usuários das águas e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia (art. 39 da Lei nº 9.433/97), e dirigidos por um presidente e um secretário (art. 40 da Lei citada) que, para tanto, não ocupam cargo público, mas apenas exercem função pública sem remuneração, sendo designados, no âmbito dos comitês federais, por ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente, e no âmbito dos comitês de rios de domínio dos Estados, por ato do Poder Executivo Estadual, na forma definida na legislação de cada Estado.

Assim, formulamos a presente consulta no sentido de indagar se, por força da legislação eleitoral, os dirigentes dos CBHs acima referidos devem renunciar ou se licenciar, na hipótese de virem a ser candidatos nas próximas eleições a serem realizadas no País.

Atenciosamente,

MARINA SILVA
Ministra do Meio Ambiente